

Lição 6

Que há seis coisas sem as quais a cidade não pode subsistir.

975. Ora, assim como, das outras coisas constituídas segundo a natureza, não são partes da constituição do todo aquelas sem as quais o todo certamente não existirá; é patente que não se devem pôr como partes da cidade quaisquer coisas que seja necessário existirem nas cidades, nem de qualquer outra comunhão da qual resulte algo uno em gênero.

976. Pois deve haver algo uno e comum, e isto para os que participam, seja igual seja desigual o que trocam, como quer isto seja o alimento, quer a multidão da região, quer algo outro de tais coisas. Mas quando uma coisa for em vista de outra, e outra aquela em vista da qual a primeira existe, nada há de comum entre elas, mas a uma cabe fazer, a outra receber. Digo, por exemplo, entre todo instrumento em vista da obra que se faz e os que a produzem: pois entre a casa e o edificador nada há de comum, mas a arte dos edificadores existe em vista da casa. Por isso as cidades necessitam de posse; mas a posse não é parte alguma da cidade. Ora, muitas coisas animadas são partes da posse; a cidade, porém, é uma certa comunidade de semelhantes, em vista da melhor vida que se pode alcançar.

977. Ora, sendo que a felicidade é o que há de ótimo, e ela é operação da virtude e um certo uso perfeito; e acontece assim que a alguns cabe participar dela, a outros pouco, ou nada: é patente que esta é a causa por que se fazem espécies e diferenças da cidade, e muitas formas de governo. Pois de modo diverso e por meios diversos, buscando cada um estas coisas, fazem tanto vidas diversas quanto formas de governo diversas.

978. Deve-se considerar também quantas são estas coisas sem as quais a cidade certamente não existirá. Pois aquelas que dizemos ser partes da cidade certamente estarão entre elas, por ser necessário existirem. Deve-se, portanto, tomar o número das funções.

979. Pois a partir delas ficará patente. Primeiro, portanto, é preciso que exista o alimento; depois, as artes (pois o viver necessita de muitos instrumentos); em terceiro lugar, as armas, pois é necessário que as comunidades também tenham armas entre si, tanto em vista do governo, por causa dos desobedientes, quanto contra os que de fora tentam infligir injustiças. Além disso, alguma abundância de dinheiro, para que a tenham tanto para as necessidades que dizem respeito a si mesmos quanto para as bélicas. Em quinto lugar, e principalmente, aquilo que diz respeito ao cuidado das coisas divinas, ao que chamam sacerdócio. E em sexto lugar pelo número, e o mais necessário de todos, o juízo acerca do que é conveniente e do que é justo entre uns e outros.

980. Estas, portanto, são as funções de que toda cidade necessita, por assim dizer: pois a cidade é uma multidão, não qualquer uma, mas autossuficiente para a vida, como dissemos. E se acontecer faltar alguma destas coisas, é impossível que esta comunhão seja absolutamente autossuficiente por si.

981. É necessário, portanto, que a cidade subsista segundo estas operações: deve, pois, haver uma multidão de agricultores que prepare os alimentos, e artífices, e o elemento combatente, e o abastado, e sacerdotes, e juizes das coisas necessárias e convenientes.

Depois que o Filósofo investigou acerca daquelas coisas que se devem pressupor para a república reta da parte da matéria remota, investiga agora acerca daquelas que se devem pressupor da parte da matéria próxima. Ora, a matéria próxima da cidade é dupla. Uma propriamente, como os livres que governam e os súditos, que pertencem à cidade. A outra, porém, são as casas e os edifícios da cidade e da região, que mais se comportam na noção de instrumento. Divide-se, portanto, esta parte em duas: pois primeiro investiga quais são as partes da cidade propriamente dita. Em segundo lugar, acerca dos edifícios, das casas e da disposição da cidade e da região, quando diz a cidade, porém etc. Ainda na primeira parte mostra, primeiro, o que é necessário para a subsistência da cidade. Em segundo lugar, quando diz determinadas estas coisas etc., investiga quais delas são partes da cidade. Acerca do primeiro ponto, mostra ainda que nem todas as coisas que se requerem para a subsistência da cidade são partes dela. Em segundo lugar, quando diz ora, sendo que etc., declara o que se exige para a sua subsistência. O primeiro mostra por duas razões. O segundo põe ali, pois algo uno etc. Na primeira parte diz: assim como é naquelas coisas que se fazem e se constituem segundo a natureza, assim é na cidade, que provém da natureza que inclina e da razão que aperfeiçoa. Ora, naquelas coisas que se fazem e se constituem por natureza, nem todas as coisas que se requerem para a sua subsistência são partes delas: mas algumas são como matéria, algumas para o ornamento, e algumas para outras finalidades; assim como no animal o alimento e os humores não são partes em ato, mas como matéria; os pelos, porém, são para o ornamento ou para a proteção, e os suores como coisas que caem da natureza. Logo é manifesto que nem da cidade, nem de qualquer outra comunicação, feita de várias coisas das quais se faz algo uno pela razão, todas as coisas sem as quais não existem se devem chamar partes.

Em seguida, quando diz pois algo uno, põe uma segunda razão para o mesmo, que é esta. De todas as partes essenciais de algum todo há algo uno comum, pelo qual são determinadas e existem, e este é a forma do todo. E a isto todas alcançam, seja igual seja desigualmente, pela transmutação feita para ele a partir de alguma matéria; seja ela o alimento, como nos animais e nas plantas, seja a multidão de homens na região, ou na cidade, ou algo outro, como em quaisquer outras coisas. Mas quando várias coisas se comportam de tal modo que uma existe em vista de outra como fim, e a outra é como o fim delas, não há algo uno comum segundo a razão, mas a uma delas pertence alcançar algo principalmente, e à outra alcançá-lo recebendo a virtude da outra: assim como se comporta o instrumento em relação à obra feita e ao agente principal, entre os quais não há algo comum segundo a razão, como entre a casa e o edificador nada há de comum enquanto tais, mas a arte de edificar e os instrumentos de edificar existem por causa da própria casa. Portanto, daquelas coisas das quais uma existe em vista de outra enquanto tais, não são partes de algo uno. Ora, a posse na cidade existe em vista do possuidor. Ainda que, portanto, seja necessária à cidade, não será parte alguma da cidade, cujas partes são os possuidores por si. Mas muitas coisas animadas há que são posse de outrem, como o jumento e o servo, que é um instrumento animado, sendo posse de outrem, sem os quais, todavia, não há cidade: logo há na cidade muitas coisas que não são partes dela. Pois a cidade é uma certa comunidade composta de várias coisas semelhantes segundo a natureza, em vista da vida autossuficiente e ótima.

Em seguida, quando diz ora, sendo que, pretende declarar o que é necessário para a subsistência da cidade. E acerca disto, primeiro toca naquilo de que se toma a diversidade das repúblicas e das cidades. Em segundo lugar, quando diz deve-se considerar etc., naquilo de que se toma o número das coisas necessárias à cidade. Em terceiro lugar, quando diz pois a partir delas etc., toma o número delas. Na primeira parte deve-se entender que a noção daquelas coisas que existem em vista do fim se toma do fim: e por isso a diversidade delas provém primeiro da diversidade do fim, depois do diverso modo de se comportar em relação a ele. Ora, o fim da cidade é a felicidade; e por isso diz: sendo que a felicidade é o ótimo que se pretende, como fim na cidade; e a felicidade é operação segundo a virtude perfeita, e o exercício perfeito dela; e acontece que alguns na cidade conseguem alcançar tal operação perfeita, mas outros a alcançam pouco, e outros nada, mas antes o contrário: é manifesto que esta é a causa por que há diversas espécies e diferenças de repúblicas: pois a diversidade das repúblicas provém da diversidade do fim, ou do diverso modo de se comportar em relação ao fim. Pois, pelo fato de escolherem fins diversos, ou o mesmo de modo diverso, e de os buscarem por meios diversos, fazem vidas diversas e, por consequência, repúblicas diversas. Pois diversos modos de viver são diversas repúblicas. Portanto, as repúblicas diversas provém da diversidade dos fins, ou do diverso modo de se comportar em relação ao fim.

Em seguida, quando diz deve-se considerar, declara aquilo de que se toma o número das coisas necessárias à cidade. E, expondo antes sua intenção, diz que, depois disto, devemos considerar quais e quantas são aquelas coisas necessárias à subsistência da cidade. Pois entre elas se encontrarão aquelas que são partes essenciais dela. E porque cada uma das coisas que existem por natureza ou por arte é determinada por alguma operação própria, como se diz no primeiro livro desta obra, devem-se tomar as operações das coisas que estão na cidade. Pois, pela diversidade destas, ficará manifesta a multidão das coisas necessárias a ela.

Em seguida, quando diz pois a partir delas, primeiro toma as operações necessárias à cidade. Em segundo lugar, quando diz é necessário, portanto etc., conclui a multidão das coisas que se requerem para a sua subsistência. Acerca do primeiro ponto, primeiro toma as operações ditas. Em segundo lugar, quando diz estas, portanto, são as funções etc., prova que são necessárias. Na primeira parte diz que, para qualquer cidade, se deve ser cidade, é preciso preexistir a preparação do alimento, visto que devem viver e nutrir-se. Depois, as operações das artes, por exemplo, a fabricação, a carpintaria e coisas semelhantes; pois os que vivem na cidade necessitam de muitos instrumentos, que se preparam por meio de tais obras. Depois, em terceiro lugar, é preciso que haja entre eles armas: pois aos que participam da comunicação civil são necessárias por duas razões: primeiro, para si mesmos, para punir os insolentes e os transgressores das leis, ou para o governo, por causa dos desobedientes ao mandato estabelecido. Segundo, para repelir os de fora que injustamente querem infligir moléstia. Depois, é preciso que tenham alguma abundância de dinheiro, semelhantemente por duas razões. Primeiro, por causa das necessidades das trocas a fazer entre si. Segundo, para as expedições de guerras, se surgirem. Depois, em quinto lugar, convém que haja na cidade aquilo que é princípio entre o dito cuidado e o culto divino, ao que se chama sacerdócio. Em sexto lugar, é preciso que haja a reta deliberação acerca do que é conveniente e do que é nocivo, e o juízo justo acerca daquilo que vem à disputa.

Em seguida, quando diz estas, portanto, são as funções, prova que tais funções são necessárias por uma razão comum; dizendo que tais operações são necessárias a toda cidade, por assim dizer: o que se acrescentou por causa de algumas cidades que, por causa da disposição da região, não

necessitam igualmente de todas as coisas preditas, ou não necessitam igualmente, como talvez da abundância de dinheiro por causa da abundância de riquezas naturais. E a razão do que foi dito é que a cidade é uma certa comunidade de uma multidão de cidadãos, não qualquer uma, mas autossuficiente para o bem viver, como foi dito. E se acontecer faltar alguma das obras preditas em alguma multidão, por exemplo, a preparação do alimento ou dos artefatos, ou até as armas, não será autossuficiente para o bem viver, como é manifesto por si mesmo; logo não será cidade. Se, portanto, deve ser cidade, é necessário que todas as obras deste gênero estejam nela.

Em seguida, quando diz é necessário, portanto, conclui o número das coisas necessárias na cidade; dizendo que, se tais operações são necessárias, e elas não podem existir sem certas outras coisas, por exemplo, a preparação do alimento sem agricultores, as obras das artes sem artífices, as obras das armas sem combatentes, as riquezas sem os abastados, nem o culto divino sem sacerdote, nem o juízo sem juiz, é manifesto que, para a subsistência da cidade, são necessários agricultores, artífices, combatentes, ricos, sacerdotes e juízes.

Revision #1

Created 11 October 2026 19:16:57 by Admin

Updated 11 October 2026 19:16:57 by Admin